

Pesquisa acadêmica em instituições de ensino superior particulares: desafios e perspectivas

Academic research in private institutions: challenges and perspectives

“Precisamos de uma educação vitalícia para nos dar escolhas. Mas precisamos ainda mais salvaguardar as condições que tornam a escolha disponível e ao alcance de nosso poder”.
(BAUMAN, 2011, p. 197)

Daniel Soczek¹; Mario Alencastro²

¹ Doutor em Sociologia (UFSC), professor (Facinter) e pesquisador (Núcleo de Pesquisas em Educação – Facinter).

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), professor (Facinter e Fatec) e pesquisador (Núcleo de Pesquisas em Educação – Facinter).

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões preliminares e problematizadoras sobre a necessidade e o exercício de pesquisa no ensino superior. Sendo este texto parte de um estudo em andamento, algumas teses aqui apresentadas estão fundamentadas em pesquisas já realizadas e outras decorrem, exclusivamente, de observações e impressões destes autores, como professores de diversas instituições privadas de ensino superior, nos últimos anos. Nesse sentido, num primeiro momento será feita uma consideração geral sobre a importância da pesquisa como norte reflexivo para orientação do cidadão no mundo contemporâneo. Na sequência, serão apresentadas algumas considerações sobre o conceito de pesquisa e sua importância no ensino superior e, por fim, alguns apontamentos sobre os desafios e as perspectivas do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Pesquisa. Atuação docente. Acesso crítico ao conhecimento.

ABSTRACT

This paper aims to present some preliminary and problem-solving reflections upon the need for and the practice of research in higher education. This text is part of an ongoing study, some theses presented here are founded on studies already carried out and

others derive exclusively from observations and impressions of these authors as professors in several higher education private institutions over the last few years. To that end, at first, some general consideration will be made at about the importance of research as a guide to orientate the individual in today's world. Then, we will present some considerations about the concept of research and its importance in higher education and, finally, some notes about the challenges and perspectives in higher education institution in Brazil.

Key-words: *Research. Teaching performance. Critical access to knowledge.*

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que vivemos, hoje, na perspectiva de uma “alta” pós-modernidade. Essa condição permite diversas possibilidades de existência neste momento histórico, marcado pelos processos resultantes, entre outros, do fenômeno da globalização. Tem-se, assim, de um lado, um movimento crescente de condições de construção ou ampliação/aprofundamento das relações sociais na perspectiva de CASTELLS (1999), quando afirma a ideia de uma “sociedade em rede”, ou a crítica desse processo, por seu caráter homogeneizador e reducionista (IANNI, 1995).

Esse contexto permeado e compreendido com base em uma ótica pluralista, sob a égide da multiplicidade, pode ser pensado e analisado, entre outras perspectivas, pela produção, pela disponibilização e pelas formas de uso das informações, que hoje são produzidas de modo quase incalculável. Assim, podemos questionar, por exemplo, o número de livros publicados no mundo anualmente, o número de jornais, o número de dissertações e teses apresentadas e defendidas, o número de músicas produzidas e tantas outras formas de produção de informação.

A enorme disponibilização de informações, nas mais variadas possibilidades, não nos deixa esquecer, entre outras, de duas questões que consideramos fundamentais neste ensaio. Primeiro, o caráter ideológico presente nas formas como essas informações são oportunizadas. Por se tratar de uma disposição profundamente desigual – por exemplo: quantos têm acesso à internet? Com qual velocidade? –, é interessante levar em conta os fundamentos reflexivos utilizados por

Adorno e Horkheimer (2003), no começo do século XX, principalmente no que tange aos problemas relativos à massificação das informações e a aquilo que denominaram de Indústria Cultural. Veja-se, por exemplo, um portal como o Wikipédia: por trás da atitude nobre de disponibilização de informações, seu conteúdo resulta (e é reelaborado, pois as informações podem ser editadas por “qualquer pessoa”) de percepções particulares e, obviamente, não isentas de relações de poder em movimento: todos têm e defendem – sabendo ou não disso – ideologias diversas.¹

O segundo (e não menos importante) aspecto que destacamos se refere ao fato de que a posse de “informações” não significa, automaticamente, que se saiba como usá-las, em termos de sua operacionalização (processo) e de sua finalidade (ética). Veja-se, por exemplo, a possibilidade de encontrar textos em *blogs* que tratam conceitos e ideias de forma superficial ou equivocada. Como podemos desenvolver um espírito crítico que permita, nesse universo de informações, separar o “joio” do “trigo”, se isso for conveniente e de acordo com os pressupostos de uma sociedade democrática? Nesse mesmo diapasão, o uso de tradutores *on-line* é altamente questionável: ainda que essas ferramentas muito tenham evoluído, verter um texto, em qualquer língua, quase sempre gera aberrações linguísticas de toda ordem.

A construção e o uso das informações cria uma caótica e contraditória rede de teorias que tentam ajudar a compreender a realidade. Entretanto, não podemos esquecer a lição de Boaventura de Sousa Santos (1999), quando afirma, da perspectiva da teoria crítica, que a teoria não pode “reduzir a realidade ao que existe”. O que consideramos como “existente” para nós, seres humanos, é fruto da elaboração ou da imposição de olhares sobre o mundo, de modo formal ou informal, constituído, portanto, de lacunas e tensionado continuamente nas relações de poder. Esses olhares, convém admitir, são sempre parciais, perspectivos, relativos ao tempo e ao espaço histórico no qual são constituídos, segundo interesses diversos. O

¹ Nesse sentido, consultar o texto “Quem mexe na Wikipédia?”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/9044-quem-mexe-na-wikipedia>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

existente, portanto, é aquilo que “conhecemos” ou a maneira como operamos com aquilo que “conhecemos”.

Considerando os apontamentos anteriores, entendemos que trabalhar informações com qualidade, de forma crítica, ou seja, sem deixar de questionar o que significa tal qualidade, é fundamental para pensar o mundo contemporâneo, rompendo com as tensionadas relações de poder que nele ininterruptamente se exercem, no intuito de construir conhecimentos/ interpretações da realidade. A esse movimento denominamos “pesquisa”. A centralidade da pesquisa como mecanismo fundamental para coexistir no mundo contemporâneo parece, portanto, óbvia. A preocupação deste texto, na perspectiva de seu recorte teórico, é pensar, portanto, de modo crítico reflexivo, como as instituições de ensino privado tem participado e contribuído para o processo de emancipação do sujeito pela pesquisa, considerando o caráter ideológico de construção e o uso da informação. O problema-propósito das reflexões que se seguem é pensar sobre como trabalhar com informações construindo, efetivamente, utopias em nosso contexto contemporâneo, tendo-se por base as lacunas oriundas de um olhar crítico da realidade hodierna.

1. A CENTRALIDADE DA PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR

Antes de tratar, propriamente, da temática da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, é importante destacar o universo das instituições particulares de ensino e seu crescimento. Segundo dados do Censo da Educação Superior 2010 (CENSUP, 2011), publicado em outubro de 2011, temos, atualmente, os seguintes números:

Quadro 1 – Número de matriculados em Instituições de Ensino Superior

	Públicas	Privadas	Total
Instituições de Ensino Superior	278	2.099	2.377
Número de matriculados	1.643.298	4.736.001	6.379.299

De uma perspectiva histórica, a passagem do século XX para o XXI, no Brasil, foi marcada pela ampliação das instituições privadas de ensino superior. Segundo os estudos de Losh e Reis (2004), em 1997 havia 689 Instituições de Ensino Superior particulares no Brasil, número que subiu para 1004, em 2000, e 1442, em 2002, ou seja, um crescimento de 109% em apenas cinco anos. Podemos, para esse fenômeno, apontar diversas razões, como a existência de uma demanda reprimida no acesso ao ensino superior ou a necessidade de formação de força de trabalho considerando o desenvolvimento das tecnologias.

Mediante tão significativos números, não podemos deixar de questionar sobre o significado da pesquisa nas instituições particulares. Não se pode perder de vista o fato de que o aumento de estudantes no ensino superior significa uma conquista para o modelo educacional vigente, mas deixa a descoberto a questão de como *fazê-lo* com qualidade.

Hodiernamente, a condição pós-moderna e os desafios de uma educação de qualidade num contexto em que o neoliberalismo e a mercantilização do ensino grassam sem barreiras (BAUMAN, 2011), há um chamamento para a reconstrução contínua dos processos pedagógicos, o abandono de “modelos prontos” e da perspectiva de trabalho do necessário distanciamento reflexivo entre o aluno “ideal” – o que estuda, lê, presta atenção e está interessado em sua formação, numa concepção utópica de educação – e o aluno “real”, que trabalha, que tem um histórico educacional eivado de lacunas múltiplas, sendo sua permanência numa instituição de ensino superior, em vários casos, muito mais uma pressão social de alguma ordem do que o interesse pela educação. Assim o grande desafio é pensar alternativas factíveis que permitam emancipar o sujeito em formação na perspectiva da pesquisa, de modo dialético.

Nunca é demais lembrar que, se a expansão do ensino superior no Brasil, por meio da iniciativa privada, pode ser considerada como um fator de democratização, pois é inegável que amplia o acesso ao nível universitário, da mesma forma é também

vista como um fator de “mercantilização do ensino”, já que oferece aos alunos, muitos deles de baixa renda, uma educação de qualidade duvidosa (BICALHO, 2004).

Para Picanço (2003, p. 78), a demanda por formação tem despertado, em especial, o interesse de grupos que perceberam na educação as possibilidades de um grande e lucrativo mercado. São, segundo o autor, os “sacoleiros do ensino”, para os quais é difícil fazer a distinção entre conhecimento e “mercadoria”, sendo que os estudantes foram reduzidos à condição de “clientes” e a escola transformou-se, exclusivamente, numa empresa.

O objeto de uma instituição de ensino em geral e, principalmente, das Instituições de Ensino Superior concentra-se no desenvolvimento/desdobramento do conceito de “conhecimento”. Em linhas gerais, o conhecimento é o processo de sistematização do mundo, reorganizando-o em diversas perspectivas, no intuito de compreender e melhorar a ação do ser humano. Essa reorganização implica a criação e a discussão de modelos interpretativos da realidade que gerem ações práticas e, continuamente, obriguem-nos sua revisão, sua melhoria, sua ampliação ou seu abandono (KUHN, 2003), na medida em que seu alcance explicativo é posto em questão por dois movimentos distintos e paralelos. Um desses movimentos deriva da percepção de suas incongruências internas e o outro, externo, resulta das tensões com a práxis. Se o objeto de uma instituição de ensino superior é a produção do conhecimento, seu foco, por óbvio, tem de ser pautado por reflexões e pela construção de processos centrados na pesquisa. A produção desse conhecimento é a própria produção da condição humana. Conhecimento e pesquisa são elementos dissociáveis apenas na perspectiva teórica, para fins didáticos. Não existe conhecimento sem pesquisa, e vice-versa. São, metaforicamente, duas faces da mesma moeda, e essa é uma das possibilidades de compreensão e interpretação do conceito de educação.

Nesse sentido, no que consiste ou quais são os pressupostos da centralidade da pesquisa no processo de produção da condição humana? De acordo com FELDMANN (2009, p. 72),

[...] consiste em compreender o fenômeno educativo sempre como uma tarefa inconclusa e perspectival. É sempre uma forma fractal de interrogar o mundo, perspectiva essa perpassada pelos nossos valores, concepções, ideologias. Entender esse fenômeno é tomá-lo em sua concretude, em suas manifestações históricas, política e social. É sempre um processo relacional e contextual. Envolve relações entre as pessoas, projetos e processos que se produzem mutuamente, contraditoriamente embasados em uma visão de homem, de mundo e de sociedade. As pessoas não nascem educadores, tornam-se educadores, quando se educam com o outro, quando produzem sua existência relacionada com a existência do outro, em um processo permanente de apropriação, mediação e transformação do conhecimento mediante um projeto existencial e coletivo de construção humana.

A essa lógica da compreensão do alcance e do significado da pesquisa agregam-se as reflexões de Marx e Engels, que, neste momento, ajudam-nos a pensar sobre as possíveis aproximações entre a pesquisa e o papel do educador. Segundo eles,

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o **próprio educador precisa ser educado**. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade [...] A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora (MARX; ENGELS, 1977, p. 118-119).

Considerando as perspectivas assumidas nessa reflexão, este texto resulta, portanto, da percepção crítica da centralidade da pesquisa como elemento fundante, norteador e incentivador da prática educativa. A centralidade da pesquisa no ensino superior decorre de vários pressupostos, a serem argumentados ao longo desta reflexão. O que destacamos, como diretamente resultando das reflexões até aqui desenvolvidas, é que uma Instituição de Ensino Superior não é um espaço de mera regulação ou adestramento social para o mercado de trabalho, por exemplo. O ensino, principalmente o superior, não pode estar limitado a uma ótica mercantilista baseada na reprodução material e/ou na reprodução ideológica acrítica da sociedade, já que a produção e o uso das informações não se desvinculam de seu caráter ético. Nesse sentido, procuraremos fazer algumas observações sobre o conceito de pesquisa para, em seguida, discuti-lo no âmbito do ensino superior privado, tendo em

vista o papel das instituições de ensino na sociedade.

À crítica à mercantilização do ensino contrapomos tanto os fundamentos teórico-reflexivos quanto os aspectos de ordem legal. Na perspectiva da legalidade, tanto as instituições públicas quanto as particulares devem seguir as regulamentações da LDB nº 9394/96, que afirma, em seu artigo 43, que a educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Essa mesma lei, em seu artigo 52, dispõe que:

[...] as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; [...]

As instituições de ensino, principalmente as de ensino superior, são demandadas a pesquisar por força legal. Além dos aspectos legais, é oportuno destacar elementos de fundamentação conceitual da pesquisa, para não focarmos apenas numa perspectiva legalista do processo, sem entender os fundamentos de sua constituição. Bem mais amplo do que a obrigatoriedade legal, existe o fundamento filosófico-pedagógico da centralidade da pesquisa como processo

contínuo de formação de todos os envolvidos no processo educativo. Não há como pensar o trabalho docente como discussão e construção de uma ordem social, em contínua interação com o outro. Corrobora essa tese, por exemplo, Paulo Freire, quando afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (1996, p. 29).

Entretanto, como sabemos, sempre existe um fosso entre a legislação e a realidade. Parece fazer parte do senso comum que o discurso demagógico invada o discurso político, com reflexos na organização e no desenvolvimento das atividades, nesse caso, das instituições de ensino. Veja-se, por exemplo, a existência do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, o qual criou a figura jurídica “Centro Universitário”, com autonomia para criar cursos e vagas, mas sem a obrigatoriedade da pesquisa – decreto esse revogado posteriormente.

É lamentável a postura defendida por alguns teóricos da educação que, talvez por não compreender a importância da investigação como parte essencial do processo educacional, defendem a existência de dois tipos de universidade: as universidades de ensino e as universidades de pesquisa!

Severino (2007, p. 30) chama atenção para o fato de que a própria LDB ratifica essa visão errônea, quando atribui às faculdades a missão de cuidar apenas do ensino, deixando para as universidades a obrigatoriedade de desenvolver pesquisa.

Para Geraldo Magela (2003), reitor da PUC Minas, a pesquisa científica nas universidades particulares separa as instituições de ensino privadas preocupadas em fazer a formação de quadros para o mercado de trabalho e as que ultrapassaram a linha da graduação bem-sucedida e ousaram praticar, na plenitude, o conceito de universidade.

Apesar das diversas “idas e vindas”, próprias do processo de democrático, hoje o conceito de universidade, que integra pesquisa, ensino e extensão, vem superando, em termos legais, os equívocos inerentes àquele decreto e as posturas teóricas que separam o ensino da pesquisa. A pesquisa é vista, atualmente, na perspectiva legal de sua obrigatoriedade aliada à sua importância teórica, decorrente

de seu fundamento e do significado de seus resultados para a formação cidadã.

Na definição constitucional, as universidades são obrigadas a desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão. No que diz respeito à pesquisa, seria interessante buscar a troca de experiências para a produção de novos conhecimentos, o que, certamente, acarretaria em ganhos não apenas para a formação profissional, mas, principalmente, para a sociedade como um todo. Dessa forma, na universidade, a pesquisa deveria assumir uma tríplice dimensão: (1) a dimensão epistemológica – a perspectiva do conhecimento, pois só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a “significação dos objetos”; (2) a dimensão pedagógica – a perspectiva decorrente da relação com a aprendizagem, ou seja, só se aprende e ensina pela efetiva prática da pesquisa; e (3) a dimensão social – a perspectiva da extensão. O conhecimento só se torna legítimo se contribui para a melhoria da existência humana, inserindo-se na realidade histórico-social dos homens (SEVERINO, 2007, p. 26-27).

Além das discussões de ordem filosófico-reflexiva a respeito da importância da pesquisa e das reflexões sobre seu caráter legal, resta, ainda, uma importante vertente de análise, de cunho social, que é justamente o acesso ao ensino e, conseqüentemente, seus reflexos para pensar a questão da pesquisa. Nesse sentido, uma das problemáticas que destacamos está no aumento significativo de pessoas cuja formação é voltada para o ensino. Umberto Eco (2001, p. XIII-XIV), na introdução do livro *Como se faz uma tese*, chama atenção para ao fato de que “antigamente, a universidade era uma universidade de elite” e que apenas os que dispunham de recursos e tempo extra tinham acesso a ela. Muitos cursos eram oferecidos em regime integral e os estudos eram conduzidos num ritmo que permitia tempo para que fossem absorvidos. No entanto, ao se referir à situação do ensino superior atualmente em curso na Itália, ele apresenta uma situação diversa, pois se trata de um ensino voltado para as “massas”, sendo que em muitos casos os alunos se matriculam no ensino superior sem a devida base ou preparo. Em alguns cursos, são inscritos milhares de alunos, o que torna seu acompanhamento, por parte dos

professores, quase uma utopia.

Trata-se, portanto, de um contexto no qual as atividades de pesquisa e investigação científica são obviamente muito prejudicadas.

Nossa reflexão permite perceber que, não obstante as devidas distâncias e proporções com as quais esta temática deve ser tratada em termos de comparações, também no Brasil temos situação semelhante, ou seja, tal situação reflete perfeitamente o cenário brasileiro. Ao se considerar apenas os cursos de Pedagogia, de acordo com os dados do último Censo do Ensino Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em sete anos, o número de alunos formandos nesses cursos praticamente dobrou, ou seja, aumentou de 65 mil novos educadores em 2002 para 188 mil, em 2009. O censo também identificou que, no mesmo período, registrou-se um aumento de mais de 60% nas matrículas nessa área de ensino. Se em 2002 foram registradas 357 mil matrículas, em 2009 o total chegou a 555 mil (CENSUP, 2010). Dessa forma, o grande desafio é: como assegurar que esse grande contingente de profissionais assuma a bandeira da pesquisa como algo fundamental de sua práxis pedagógica, considerando as circunstâncias nas quais são formados? Diante dessa questão, considerando a crítica à mercantilização do ensino, a pesquisa deve levar em conta as perspectivas elencadas a seguir.

a) **Pesquisa como promoção da consciência crítica:** Paulo Freire (1979, p. 41), ao apresentar as características da “consciência crítica” – aquela que está ligada à tomada de consciência da realidade, engendrando, assim, a capacidade de sua transformação –, ressalta o fato de que ela não se satisfaz com as aparências e que tem anseio pela profundidade na análise de problemas. A consciência crítica busca substituir situações ou explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade e, ao se deparar com um fato, faz o possível para se livrar de preconceitos, estando sempre disposta a verificar, testar ou revisar suas descobertas. Se, como quis Freire, a consciência crítica tem como características a indagação e a investigação, conclui-se que a pesquisa acadêmica é um campo fértil para o seu desenvolvimento. Como, portanto, fazer do ensino, pesquisa?

b) **Pesquisa para a produção de novos conhecimentos:** para Luna (2000, p. 15), a pesquisa “visa à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente e fidedigno”. No que diz respeito às pesquisas em educação, por exemplo, o compromisso do pesquisador está na transformação da realidade pesquisada, seja pela intervenção direta, seja pela explicitação das implicações sociais do conhecimento produzido. A produção de conhecimentos, pela articulação das informações, permite a transformação do mundo.

c) **Pesquisa como melhoria da qualidade profissional:** sabe-se que o discente que participa da produção do conhecimento por meio da pesquisa científica enriquece sua formação acadêmica, não apenas pelos conhecimentos adquiridos, mas, sobretudo, pelo exercício da metodologia de investigação científica. Nunca é demais lembrar que a iniciação científica por meio da pesquisa amplia a visão de mundo e reforça a *expertise* profissional do estudante.

d) **Pesquisa como forma de evitar o desperdício da experiência:** é fundamental pensar o papel da pesquisa como sistematização da partilha das experiências de formação, dando visibilidade a elas, gerando ganhos em escala na medida em que são conhecidas e discutidas por outros docentes, com base em uma reflexão ao mesmo tempo crítica e criativa sobre a realidade escolar. Como nos alerta Boaventura Souza Santos (2001), devemos urgentemente retomar a questão do “desperdício da experiência”.

e) **Pesquisa como possibilidade de emancipação do sujeito:** nas instituições de ensino, não se faz mais necessário alguém com mera capacidade de retenção de dados, mas, sim, de operacionalização desses dados. De acordo com Severino (2003, p. 74), “Não se trata apenas de sua habilitação técnica, da aquisição e do domínio de um conjunto de informações e de habilidades didáticas. Impõe-se ter em mente a formação no sentido de uma autêntica *Bildung*, ou seja, de formação humana em sua integralidade”.

f) **Imprescindibilidade da pesquisa:** qualquer pessoa precisa, no mínimo, manter-se atualizada em termos de conhecimentos de ordem geral sobre o mundo e,

de forma específica, sobre sua área de trabalho, pois os conceitos estão sempre em movimento – alguns são novos, e todos estão num processo dialético de reconstrução.

g) **Pesquisa como método:** uma das grandes contribuições de Pedro Demo está na concepção de “educar pela pesquisa”. Assumimos, portanto, os quatro pressupostos propostos pelo autor para pensar a pesquisa:

- A convicção de que a educação pela pesquisa é a especificidade mais própria da educação escolar e acadêmica.
- o reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa.
- a necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana do professor e do aluno.
- a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana (DEMO, 2003, p. 5).

Considerando as reflexões até aqui desenvolvidas, torna-se necessário abordar um tema importante e, ao mesmo tempo, delicado, que é a prática da pesquisa e como ela se dá nas instituições particulares, responsáveis pela formação de um contingente muito grande de profissionais, como vimos nos números anteriormente apontados. Cabe, portanto, indagar se a pesquisa acadêmica está ocupando seu papel na formação dos futuros cidadãos e profissionais. Urge, assim, uma cuidadosa análise desse cenário, e, nesse sentido, pergunta-se: Quais são as políticas institucionais de incentivo à pesquisa? Como ela é desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior (IES) particulares?

2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA

Apesar dos inúmeros ganhos que a pesquisa acadêmica reconhecidamente oferece, a produção acadêmico-científica obrigatória das IES particulares, com raras e louváveis exceções, apresenta um percentual pouco significativo. Segundo Gomes, Gonçalves e Menin (2007) “as instituições particulares preocupam-se quase exclusivamente com o quesito ensino, cumprindo serviços de extensão universitária

na exata medida de sua obrigatoriedade [manutenção do status de universidade, por exemplo] ou na possibilidade de ganhos de marketing com sua divulgação”.

De acordo com Severino (2007, p. 29), a implantação das escolas superiores no Brasil deu-se de forma totalmente “desequipada” no que tange às condições necessárias ao desenvolvimento de uma prática de pesquisa. Para esse autor, a maior preocupação de grande parte das instituições de ensino brasileiras está na profissionalização do discente, por meio do “repasso de informações, de técnicas e habilidades pré-montadas”. Trata-se de um modelo que se limita a “repassar informações fragmentadas e a conferir uma certificação burocrática e legal de uma determinada habilitação [profissional]”.

Tal situação exige uma série de reflexões e questionamentos. Uma primeira questão a ser levantada é: qual é a representação da pesquisa nas instituições de ensino? Em muitas IES particulares, percebe-se, por parte de seus gestores, uma idealização no trato da realidade escolar: espera-se que o aluno seja um aluno ideal, motivado e interessado pela produção do conhecimento. No que concerne ao conceito de professor, espera-se dele uma postura abnegada, desconsiderando a pesquisa como parte do *trabalho* docente. A pesquisa, portanto, não é vista como parte importante do trabalho docente, que, como trabalho, deve ser remunerado dignamente.

Considerando as ponderações anteriores, a problematização da pesquisa no ensino superior será abordada utilizando como recorte metodológico, para efeito das reflexões aqui apresentadas, as perspectivas do professor e do aluno, no sentido de buscar alternativas às lacunas do processo.

Uma primeira questão que deve ser levantada é: Por que e como nos tornamos professores? Se viver a experiência de docência significa a inserção no universo da pesquisa com vistas a ampliar o arcabouço de conhecimentos, como se dá a relação entre professor e pesquisa?

A pesquisa científica acadêmica exige, muitas vezes, investimentos massivos e contínuos em infraestrutura laboratorial e em recursos humanos qualificados.

Quanto à infraestrutura, em muitas Instituições de Ensino Superior privadas não existem bibliotecas com material suficiente e adequado para atender às demandas dos cursos de graduação e, ainda mais, da pesquisa científica.

As pesquisas são “reconhecidamente caras” e, muitas vezes, comprometem a exploração da educação superior como importante nicho de mercado. Raras são as faculdades – e até mesmo os centros universitários e as universidades – que se empenham em contratar professores mestres e doutores além da cota necessária para cumprir as exigências legais. Uma vez contratados, esses profissionais são alocados para funções de ensino em sala de aula e nunca, ou raramente, em atividades relacionadas com a pesquisa acadêmica de boa qualidade.

Para o especialista em educação Claudio de Moura Castro (s./d.), um dos grandes problemas para a pesquisa nas instituições privadas é sua viabilidade econômica, pois os poucos financiamentos públicos disponíveis para ela estão restritos aos mestrados e doutorados, cuja operação nas IES privadas já é problemático. Para financiar a pesquisa, essas IES teriam de repassar os custos para os alunos, o que não é uma alternativa factível na atualidade. Além do mais, teriam de ampliar o número de professores em regime de dedicação exclusiva e com menos atividades em sala de aula. Maria Beatriz de Carvalho Mello, citada por Moura Castro, afirma que, para cumprir tais objetivos, a IES necessitaria ter 1/3 dos seus professores em regime de dedicação exclusiva, com, no máximo, 15 horas em sala de aula, uma realidade inviável para a maioria delas.

Se as instituições particulares de ensino promovem grupos de estudos ou programas de iniciação científica, normalmente o número de horas associadas a essas atividades são poucas, em função do trabalho demandado, e não atingem a totalidade dos professores. Vale lembrar que existe uma lógica de responsabilização do professor pelo fracasso escolar e que, apesar de as instituições não pagarem por horas de pesquisa, avaliam seus profissionais de educação pelas suas publicações. Questionamos, aqui, se o professor deve sacrificar feriados, fins de semana e outras atividades para se dedicar à pesquisa.

Moura Castro menciona, ainda, a possibilidade de venda das pesquisas para empresas. Isso não é tão simples, pois, segundo ele, mesmo nos Estados Unidos, não mais do que 5% da receita das universidades vêm de contratos de pesquisa com empresas. A experiência das nossas instituições privadas mais dedicadas à pesquisa mostra que elas são capazes de conseguir pequenos contratos de prestação de serviços e pesquisa aplicada, mas os montantes econômicos recebidos não custeiam o processo. Os contratos mais vantajosos acabam indo para as instituições públicas, por conta de seu enorme investimento prévio em pessoal e laboratórios.

Em linhas gerais, portanto, existe uma descaracterização do papel do professor. Ele não é tratado com *status* de docente, negando-lhe sua condição de construtor do conhecimento, mas é tomado como mero replicador de conceitos, nem sempre conexos com a realidade. Ou seja, o professor é reduzido à condição de mero “executor de tarefas”, num roteiro preestabelecido e engessado. A consolidação dessa perspectiva é usada como justificativa para pagamento de salários risíveis e condições de trabalho que são, no mínimo, precárias. A questão da pesquisa deixa de ser responsabilidade do empregador e passa ser uma cobrança ao professor, como uma obrigação a ser feita fora das “horas em sala”. A cobrança na perspectiva do “*publish or perish*” usurpa do professor seu direito ao lazer, ao descanso. O conceito de pagamento de hora atividade, por exemplo, mascara essa ausência, pois, além da pesquisa, é necessário que professor corrija provas e trabalhos e cuide das burocracias pertinentes à sua prática, além de responder a *e-mails* e de outras atividades que fazem parte da ação docente, mas que não são contabilizadas como horas de trabalho.

Na perspectiva do perfil do estudante do ensino superior nas instituições particulares de ensino, algumas questões devem ser pontuadas. Nunca é demais lembrar que, em muitos casos, o aluno que procura as IES particulares quase sempre é um cidadão que trabalha durante todo o dia e precisa do curso superior por alguma razão objetiva (melhorar o salário) e não tem interesse, energia ou motivação própria para se engajar na pesquisa acadêmica. Quase sempre esse aluno traz profundas

deficiências na sua formação básica – de gramática e fundamentos de matemática, até os conhecimentos gerais – e seus professores, quase todos horistas, são forçados a nivelar “por baixo” a profundidade de suas aulas. Existe uma compreensão equivocada da construção do conhecimento. Em vez de ter como meta e princípio a ideia de pesquisa, de construção do conhecimento, espera-se que o conhecimento seja “dado”, e não construído por intermédio do professor, pelo aluno, que é agente central do processo.

É sabido que, na tradição cultural brasileira, a universidade é considerada como um lugar de ensino, de transmissão de conteúdos, e não como o local de excelência para a produção do conhecimento. Trata-se de uma visão distorcida e que está presente, muitas vezes, na própria concepção que o aluno tem da atividade docente. Aquele professor que não traz respostas prontas, que instiga o aluno a pesquisar e se coloca na condição de facilitador ou mediador no processo de investigação, ainda é visto como “enrolador” por grande parte de seus alunos. O bom professor é o “professor *show*”, que dá ótimas aulas expositivas, que prepara apostilas e treina o aluno para fazer provas.

Uma dos elementos que corroboram as afirmações por nós feitas é a própria exigência de realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), considerados uma tarefa difícil, desnecessária e enfadonha por um grupo significativo de alunos. Poucos reconhecem no TCC uma oportunidade para praticar a pesquisa e iniciar-se ou aprofundar-se na vida científica propriamente dita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma sociedade democrática e solidária exige processos de integração cada vez mais amplos e diversificados, sugerindo a emancipação e a promoção da “humanidade no homem”. No que concerne às instituições de ensino, isso significa a criação de melhores condições para que o aluno mobilize e realize sua

liberdade para apreender, construindo uma consciência cidadã de forma progressiva e sistemática, num processo de autonomização do sujeito, rompendo com homogeneizações ideológicas, psicológicas ou de qualquer outra ordem. Não basta ter ou fazer experiências: é fundamental pensar sobre tais experiências, construindo um sentido para si e para o mundo.

Ao longo das reflexões sistematizadas neste texto, pontuamos que uma instituição de ensino tem um papel social do qual se exige qualidade. Essa qualidade não se mede pela “satisfação” dos pais ou dos alunos e não se trata de querer alcançá-la a qualquer preço, visto que a educação não é um produto, como nos ensina Meirieu (2005), quando afirma que a justiça, na sociedade, não se mede pela satisfação do juiz ou do réu.

Pensar a função social de uma instituição de ensino significa pensar, necessariamente, nas dinâmicas de pesquisa: a reflexão sobre problemas diversos abre o campo para novas possibilidades de compreensão e interpretação do mundo. Esse movimento não se resume ou se encerra no curto período de algumas horas-aula. Significa, acima de tudo, um envolvimento com a pesquisa, a materialização de um interesse social mais amplo, voltado para a reflexão. A escola não pode se limitar a uma imposição neoliberal mercantilista cujo foco seja a mera “preparação para o trabalho”, ainda que esse seja um dos seus objetivos. Num mundo marcado pelo avanço e pela ampliação dos acessos tecnológicos, mais importante do que “fazer” é “compreender” e “interagir”.

O espaço do ensino superior é o espaço do ensaio, do risco de se construir como sujeito autônomo. O erro é parte do processo. Pesquisar não é a obrigação de resultados absolutos, mas a possibilidade de encontrá-los. Se uma pesquisa não apresenta resultados, isso não deve ser computado como mero erro, mas, sim, como a eliminação de uma possibilidade errada para atingir o acerto.

Para envolver os alunos numa atividade de pesquisa, como meta institucional, é preciso que o professor seja pesquisador – que tenha tempo e queira sê-lo. Mas como fazê-lo, se o contexto não é nem um pouco favorável? Sobre essa questão,

Sergio Vilas Boas (2004, p. 74) chama a atenção para essa dificuldade, quando a realidade apresenta um professor horista e obrigado a trabalhar em mais de uma instituição de ensino e com alunos que têm apenas poucas horas à tarde ou à noite para seus estudos, sem bibliotecas e equipamentos necessários para a pesquisa. Como superar essa contradição?

Tal contradição se supera pela percepção de que uma instituição de ensino não é algo pronto, dado. Tem de ser continuamente reconstruída. Uma instituição escolar não é um prédio com uma placa bonita e uma burocracia administrativa, ainda que altamente qualificada. É, acima de tudo, o conjunto de seus princípios norteadores e da forma como eles se materializam como trabalho.

Um dos grandes desafios para a construção de uma condição adequada para a pesquisa no ensino superior é romper com uma lógica mercantilista, que limita os professores a meros reprodutores do conhecimento, agregando à sua prática profissional o tempo da pesquisa, ou seja, ampliando significativamente as horas de pesquisa a eles concedidas nas diversas instituições de ensino. Se a pesquisa se constituir numa política educacional expansiva a todos os professores das instituições de ensino, aumenta-se, certamente, a qualidade dos trabalhos acadêmicos realizados pelos alunos e, além disso, funda-se a possibilidade de a instituição de ensino superior efetivar seu papel social: construir conhecimento pela pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** São Paulo: Zahar, 2011.

BICALHO, M G P. **Ensino superior privado, relação com o saber e reconstrução identitária**. 2004. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BOAS, S. V. **Ensino superior particular: um voo histórico**. São Paulo: Segmento, 2004.

CASTRO, Claudio de Moura. **A pesquisa nas universidades privadas**. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/metodologia-da-pesquisa/pesquisa-nas-universidades-privadas>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1: A sociedade em rede.

CENSUP – Censo da Educação Superior 2010. out. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9332&Itemid> . Acesso em: 25 abr. 2012.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2003.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 16. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Maria Aparecida de Jesus; GONÇALVES, Maria de Fátima Major; MENIN, Pedro Augusto Hercks. A necessidade da iniciação científica para alunos de Instituições de Ensino Superior particulares: a possibilidade de acesso crítico ao conhecimento como pretensão à excelência. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. **Atas**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1116.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

HAGEMEYER, R. C. C. (Org.) **Formação docente e contemporaneidade**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KUHN, T S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LOSH, Reis. A expansão do ensino superior: um comparativo do crescimento no Brasil, no Paraná e na região metropolitana de Curitiba. In: WORLD CONGRESS IN ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION, 2004, São Paulo. **Anais**. p. 1605-1608. Disponível em: <<http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS/44.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

MAGELA, Geraldo. Universidades particulares e a pesquisa científica no Brasil. SBPC. **Jornal da Ciência**, 29 maio 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=10139>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PICANÇO, A. A. Educação superior para professores em exercício: formando ou improvisando? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 26, Caxambu, 2003. **Anais**. CD-ROM.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, B. S. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 54, p. 197-215, jun. 1999.

SEVERINO, A. J. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.) **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 71-89.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.